

DECRETO Nº 7.626, DE 05 DE JUNHO DE 2020.

“Define outras medidas para o enfrentamento do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo no inciso VI, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS em 11 de março deste ano;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e Portarias n.º 188, de 3 de fevereiro de 2020, e n.º 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, e no Decreto Estadual n.º 113, de 12 de março de 2020, bem como pela Portaria Interministerial n.º 5/2020;

CONSIDERANDO o reconhecimento de Pandemia pela OMS – Organização Mundial de Saúde, em virtude de doença infecciosa viral respiratória – COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus – SARS-CoV-2, que constitui desastre tipificado pela Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), com o n.º 1.5.1.1.0, nos termos da Instrução do Ministério da Saúde n.º 02/16;

CONSIDERANDO que o Governo do Estado de Minas Gerais decretou estado de emergência em Saúde Pública no Estado de Minas Gerais (Decreto Estadual n.º 113/2020), autorizando a execução de medidas coercitivas e criando estrutura de monitoramento do Coronavírus;

CONSIDERANDO que o momento atual é complexo, carecendo de um esforço conjunto na gestão e adoção das medidas necessárias aos riscos que a situação demanda e o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 20.766, de 22 de março de 2020, que dispõe sobre a criação do Comitê Municipal de enfrentamento da pandemia de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o protocolo de ações intitulado Minas Consciente desenvolvido pelo Estado de Minas Gerais, em que define as atividades que podem ser liberadas para funcionamento de forma progressiva, conforme indicadores de **capacidade assistencial e de propagação da doença**, avaliando-se o cenário de cada região do estado e a taxa de evolução da **COVID-19**;

CONSIDERANDO o conforme indicadores de **propagação da doença**, avaliando-se o cenário do Município e a taxa de evolução da **COVID-19**;

CONSIDERANDO que há caso confirmado no âmbito deste Município, e que demanda ações rápidas de profilaxia e sanitização para evitar contágio em massa da população Ituramense;

DECRETA;

Art. 1º. Como forma de prevenção ao contágio do Coronavírus, a partir do dia 06 de junho de 2020, ficam suspensos os Alvarás de Localização e Funcionamento emitidos para realização de atividades com potencial de aglomeração de pessoas, em razão da Situação de Emergência em Saúde Pública declarada por meio de Decreto, ficando, portanto, suspenso temporariamente o funcionamento de;

- a) Feiras livres, inclusive as da agricultura familiar realizadas às quartas-feiras;
- b) Bares, casas noturnas e demais estabelecimentos dedicados à realização de festas, eventos ou recepções,
- c) Academias e atividades físicas em geral, incluindo as modalidades em outdoor, quadra ou camping.
- d) Atividades presenciais religiosas de qualquer culto, facultado a possibilidade atendimento individual.
- e) Leilões agropecuários e outros;

§1º. Fica permitido o funcionamento das lojas de conveniências de postos de combustíveis, vedado o consumo no local e suas imediações.

§2º. Restaurantes, e lanchonetes deverão priorizar a **adoção de sistema de entrega domiciliar de produtos (delivery) e Drive Thru** (retirada no local) de alimentos prontos e embalados para consumo fora do estabelecimento, **sendo permitido o**

atendimento de 50% (cinquenta) da sua capacidade, com no máximo de 4 (quatro) pessoas por mesa, mantendo um distanciamento de mínimo de 2 (dois) metros entre essas, **sendo expressamente proibido o serviço de Self-service** e desde que adotadas as medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da propagação de infecção viral relativa ao Coronavírus.

§4º. O funcionamento de restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres no interior de hotéis, pousadas e similares, poderá ser mantido para atendimento exclusivo aos hóspedes, desde que adotadas as medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da propagação de infecção viral relativa ao COVID-19.

§5º. Restaurantes localizados às margens das rodovias que circundam o Município de Iturama ficam autorizados a funcionarem em apoio aos caminhoneiros e assemelhados.

Art. 2º. A partir do dia 06 de junho, todas as demais atividades com potencial de aglomeração de pessoas, não incluídas nas restrições do art. 1º, deverão funcionar com medidas de restrição e controle de público e clientes, bem como adoção das demais medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da propagação de infecção viral relativa ao COVID-19.

Art. 3º. Ficam suspensas enquanto perdurar a Situação de Emergência em Saúde Pública:

- I – autorizações para eventos em propriedades e logradouros públicos;
- II – autorizações de feiras em propriedade;
- III – autorizações para atividades de circos e parques de diversões.

Art.4º. Os estabelecimentos autorizados a funcionar deverão adotar as seguintes medidas, sob pena de interdição imediata:

- I - Intensificação das ações de limpeza;
- II - Disponibilização de produtos de assepsia aos clientes, bem como fornecer os EPI's necessários à prevenção do COVID-19 aos seus colaboradores;
- III - Manutenção de distanciamento entre os consumidores e controle para evitar a aglomeração de pessoas;
- IV - Divulgação das medidas de Prevenção enfrentamento da pandemia Coronavirus COVID-19.
- V - Limpeza e higienização a cada 1 hora com álcool 70 ou Hipoclorito;

Art. 5º Fica proibida aglomeração em qualquer número de pessoas, em igrejas, e em bens de domínio público, como ruas, avenidas, praças e demais locais públicos.

Art. 6º. Fica determinado que os setores responsáveis pela limpeza das instalações públicas implementem esforços para manter a plena higiene das instalações, notadamente locais onde haja contato de pessoas.

DEVERES E RECOMENDAÇÕES

Art. 7º Ficam obrigados a utilizar máscaras de proteção, em seus ambientes de trabalho, os funcionários, servidores e colaboradores, que prestem atendimento ao público, dos estabelecimentos públicos e privados, industriais, comerciais, bancários, casas lotéricas, rodoviários, e de transporte de passageiros nas modalidades pública e privada, no âmbito do Município de Iturama, em funcionamento e operação durante o período de ações de enfrentamento ao novo Coronavírus, causador da COVID-19.

Art. 8º Fica determinado no âmbito do município de Iturama, a obrigatoriedade do uso de mascaras, durante o deslocamento pelo território municipal para a realização de qualquer atividade.

§ 1º Todo cidadão Ituramense deverá cumprir e fiscalizar as restrições e condições do presente Decreto, enquanto durar o estado de Calamidade Pública, conscientizando-se da higienização necessária, do distanciamento social, além de outras medidas que forem necessárias para a contenção/erradicação do COVID-19, no âmbito do Município de Iturama.

§ 2º Fica recomendado:

I - evitar circulação, especialmente as pessoas pertencentes aos grupos de riscos, tais como caminhadas e atividades físicas ao ar livre.

II - higienizar frequentemente as mãos com água e sabão e/ou com álcool em gel ou líquido;

III - ampliar a frequência de limpeza de pisos, maçanetas e banheiros com álcool líquido, solução de água sanitária, quaternário de amônio, biguanida ou glucoprotamina;

IV - manter distância mínima de 2 m (dois metros) entre as pessoas;

V - obstar a realização de festas, jantares, aniversários, confraternizações e afins;

VI - quando possível, realizar atividades laborais de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

VII - evitar consultas e exames que não sejam de urgência;

VIII - locomover-se em automóveis de transporte individual, se possível, com vidros abertos; e

IX - evitar atividades em grupo, ainda que ao ar livre e no convívio familiar, exceto para a execução das atividades essenciais.

§ 3º No caso de convívio com pessoas dos grupos de riscos, além das recomendações acima, as pessoas que estejam trabalhando deverão adotar as seguintes cautelas ao chegarem nas suas respectivas residências:

I - colocar pano com água sanitária na entrada da residência, para que todos possam esfregar a sola dos calçados;

II - retirar os sapatos e deixar fora da residência;

III - retirar as roupas e lavar imediatamente; e

IV - tomar banho, escovar os dentes e assoar o nariz antes de qualquer contato com pessoas dos grupos de riscos.

§ 4º Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, a população deverá comunicar às autoridades competentes, para apuração das eventuais práticas de infrações administrativas previstas no art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como dos crimes previstos nos arts. 267 e 268 do Código Penal.

Art. 9º A Associação Comercial e Industrial de Iturama fica coobrigada a fiscalizar conjuntamente com a Prefeitura Municipal de Iturama as atividades comerciais e entregarem semanalmente relatórios das ações realizadas, ou seja, relatório de visitas, empresas abordadas, acompanhadas e notificadas.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do estabelecido neste Decreto o infrator sujeitar-se-á as penalidades constantes do caput deste artigo e multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por infração.

Art. 10. Aplicam-se, cumulativamente, as penalidades de multa, interdição parcial ou total da atividade e cassação do alvará de localização e funcionamento previstos na legislação municipal e demais legislações correlatas, cessando a atividade, ainda que com auxílio de força policial.

Art. 11. Fica autorizado à instalação de barreiras físicas de concreto a serem colocadas nas entradas da cidade, a fim de diminuir e restringir o fluxo de veículos a apenas algumas vias.

Art. 12. As atividades e eventos suspensos, cancelados ou adiados nos termos deste Decreto poderão ser normalizados a qualquer tempo, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 13. Fica a Secretaria Municipal de Saúde autorizada a expedir portaria regulamentar visando a efetivação de medidas profiláticas no intuito de resguardar a higidez da saúde pública.

Art. 14. Ficam cassadas licenças também as licenças que porventura já tenham sido expedidas para eventos a serem realizados neste Município (Feiras Livres, Congressos, Reuniões e etc).

Parágrafo único. Fica a Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos autorizada, com o intuito de resguardar a saúde pública, a tomar todas e quaisquer medidas para a efetivação deste Decreto, podendo requisitar auxílio policial se for necessário.

Art. 15. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto perdurar o estado de emergência causado pelo Coronavírus (COVID-19), podendo sofrer alterações de acordo com a evolução do cenário epidemiológico.

Iturama-MG, 05 de junho de 2020.



ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Iturama/MG.